

# INFORMATIVO ONLINE APUR

No 01 - Cruz das Almas (BA) - 26 de Março de 2015 - [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)

## JORNADA NACIONAL DE LUTA

**06 A 10 DE ABRIL**

## REUNIÕES SINDICAIS

**- ATUALIZAÇÃO DA PAUTA DOCENTE  
- CAMPANHA SALARIAL 2015**



**CAHL - 06/04**

**17h - sala dos professores**

**CECULT - 06/04  
10h**



**CETENS - 07/04  
14h**

**CFP - 08/04  
14h**



**CCS - 08/04  
13h - sala 12**

**CETEC/CCAAB - 08/04  
10h**



# SEMINÁRIO DA APUR DISCUTE O FUNPRESP



Promovido pela Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), ocorreu, nesta terça-feira (24), o seminário “O servidor público e o FUNPRESP: desafios de um novo tempo”. O evento teve como objetivo principal sanar as dúvidas, em especial dos novos docentes, sobre o fundo de previdência que está em vigor desde o dia 4 de fevereiro de 2013.

O seminário foi dividido em dois momentos. Primeiro, o professor Tarcísio Cordeiro apresentou questões mais políticas sobre o tema, dando uma explicação mais geral do seu funcionamento. O professor explicou, por exemplo, que há alguns interesses por trás da criação do fundo. Interessa ao governo a desoneração dos custos com o Regime de Previdência Social, e também a capitalização de um fundo que possa ser usado no investimento de áreas vistas como estratégias pelo executivo. Já às instituições financeiras interessa o fato de elas poderem atuar como executoras dos recursos do FUNPRESP.

No que se refere aos princípios do fundo, ele pode ser definido como um regime de contribuição definida (risco do servidor), e não de benefício definido (risco do fundo gestor). O FUNPRESP tem o objetivo de complementar a renda do servidor no momento da aposentadoria, mas quem controla esse investimento é o governo; o que, de certa forma, pode ser um ponto positivo para aqueles que não conseguem guardar dinheiro sozinhos.

Pensando nas questões políticas advindas desse novo fundo, o professor Tarcísio colocou que o FUNPRESP termina sendo um regime de viés rentista, em que o lucro que sustentará pagamentos dos benefícios futuros advém da exploração de outros trabalhadores, dando mais fôlego ao ciclo de reprodução do capital e às distorções sociais inerentes e a este modelo. Obviamente, como bem lembrou o professor, o FUNPRESP também apresenta benefícios, tais como a contribuição do governo com a mesma quantia que o servidor investir.

Por fim, o professor apontou alguns possíveis problemas: a tendência do professor se aposentar cada vez mais tarde, a ampliação da demanda por verbas indenizatórias (bolsas, diárias, auxílios) e também o enfraquecimento do Regime de Previdência Social.

O segundo momento do seminário foi a participação dos advogados Pedro Mahin e Laís Pinto. A participação da assessoria jurídica da APUR se deu para esclarecer algumas dúvidas jurídicas dos docentes. Uma dúvida que foi bastante recorrente foi quanto à possibilidade de desvios do fundo. Quanto a isso, a advogada Laís Pinto explicou que o servidor é quem teria que pagar por tais riscos, mas que existem meios jurídicos para resolver a questão.

Como bem deixou claro no início de sua fala, Laís Pinto colocou que o FUNPRESP criou uma série de dúvidas para o servidor. Por conta disso, muitos acabam querendo uma resposta taxativa, querendo o fundo seja definido como bom ou ruim. Diante desse questionamento, os advogados explicaram que não indica a adesão ao FUNPRESP para os servidores antigos, mas que os novos devem ser analisados caso a caso.

O seminário acabou possibilitando um rico debate, e mostrou que ainda serão necessárias outras discussões. Uma ideia que surgiu, e foi bem aceita pelo presidente da APUR, foi a de um seminário com algum especialista financeiro que possa mostrar os possíveis ganhos ou perdas através de números.

Apesar de ser um tema ainda muito novo para os docentes, o seminário conseguiu esclarecer a muitas dúvidas (em especial a dos docentes que já vinham de outros cargos públicos). Nesse sentido, o professor do CCAAB, Alexandre Almassy, parabenizou a

## PRESIDENTE DA APUR PARTICIPA DE DEBATE SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL



O presidente da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), professor Antonio Eduardo Oliveira, foi convidado para participar, nesta quarta-feira (25), da roda de conversa “Movimento Estudantil Baiano na Resistência à Ditadura Militar”, promovida pelo movimento Ocupa Ana Nery, formado por estudantes do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) que estão ocupando o prédio administrativo do CAHL desde o dia 19 de março.

O professor Antonio Eduardo já tem certa familiaridade sobre o tema que, inclusive, foi objeto de estudo de sua dissertação de mestrado. Por conta disso, ele apresentou uma trajetória histórica do Movimento Estudantil (ME) não só na Bahia, mas também destacou acontecimentos importantes a nível nacional e internacional.

Dentre os acontecimentos que marcaram a trajetória do ME, o professor citou a revolta dos estudantes de Córdoba, na Argentina, que realizaram uma greve geral, levando à renúncia do reitor; as manifestações que ficaram conhecidas como o Maio de 68 na França, balançando o governo de dez anos do general De Gaulle, realizando um confronto aberto com as estruturas de poder do país e, no Brasil, a intensa participação do Movimento Estudantil na campanha “O petróleo é nosso”, bem como a greve contra o jubileamento ocorrida em 1975 na UFBA.

Durante toda a sua fala, o professor Antonio Eduardo mostrou uma preocupação com a formação política dos estudantes, sempre salientando a importância de estudar a história de luta do Movimento Estudantil. Trazendo o debate para o movimento local e suas reivindicações, o presidente da APUR lembrou aos estudantes que o poder na universidade é totalmente baseado na burocracia universitária, onde os estudantes só são lembrados na hora de depositar o voto.

Por sua experiência enquanto estudioso, e pela visão de quem já participou do ME, Antonio Eduardo colocou que o Movimento Estudantil não pode ser feito em abstrato, mas sim por meio de mobilizações e reivindicações. “Não pode ir só para o pico, para o momento de euforia, tem que ser um movimento de luta constante. Vocês precisam ficar em alerta, tem que ser um processo de luta contínua, pois o que garante a vitória é a mobilização, é a luta”, completou o professor.

Segundo Antonio Eduardo, a luta estudantil não vai se resolver numa reunião ou numa assinatura de documento, é necessário reafirmar posições, buscar o apoio e a participação da base, pois, em sua opinião, é com a mobilização que se constrói a universidade. Reafirmando sua posição sobre a importância do fórum tripartite, o presidente da APUR defendeu que o poder da universidade tem que ser compartilhado entre todos.

## UNIVERSIDADES ENFRENTAM DIFICULDADES PARA ARCAR COM ALGUMAS DESPESAS



Nos últimos dias, várias notícias têm apresentado alguns problemas financeiros vivenciados por universidades públicas em todo o país. Muitos desses problemas são creditados às restrições na liberação de créditos orçamentários, que vinham ocorrendo desde o final de 2014; bem como por conta do Decreto 8.389 de 7 de janeiro de 2015, que restringe algumas dotações orçamentárias até a publicação da Lei Orçamentária de 2015.

Em nota, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) informou que faria cortes nos gastos com limpeza, vigilância e portaria, e também que suspenderia, temporariamente, o pagamento das contas de água e luz; priorizando o pagamento de bolsas a execução de projetos acadêmicos. Segundo a UFMG, isso ocorreria por causa de um decreto do Governo Federal que restringiria a execução orçamentária de órgãos e entidades ligados ao Poder Executivo, até que a Lei Orçamentária de 2015 fosse aprovada.

No dia 19 de março, docentes e técnicos da Universidade Estadual do Pará (UEPA) interromperam suas atividades para exigir melhorias na infraestrutura, nas condições de ensino, pesquisa e extensão da universidade e para assegurar o reajuste salarial dos servidores. Conforme notícia do ANDES, a mobilização também teve o apoio dos estudantes, e ocorreu em três campi de Belém e em 12 dos 15 núcleos do interior.



Seguindo a maré dos problemas financeiros, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) virou notícia ao ser descrita como “símbolo da greve fiscal pela qual passa o governo”, pois estava enfrentando o adiamento do ano letivo, o não pagamento de bolsas e atrasos no pagamento de funcionários da limpeza e da segurança. Segundo os textos publicados, os bolsistas do Prociência e Proatec estariam com suas bolsas atrasadas há dois meses. Já uma nota publicada pela Secretaria da Fazenda afirmava estar fazendo os pagamentos das bolsas conforme as informações que UERJ fornecia.

Trazendo o problema para mais perto de nós, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio de uma carta à comunidade acadêmica, no dia 23 de março, informa que as restrições nas verbas de custeio atrapalham a resolução de problemas na manutenção de instalações e serviços nas unidades acadêmicas e pavilhões de aula. A carta também afirma que há o atraso de três meses no pagamento de serviços terceirizados, de manutenção e de outros contratos na universidade.

Por conta disso, a UFBA terá que tomar algumas medidas cautelares como a redução do consumo de água, energia elétrica e telefonia; redução em outros itens de consumo e de material de expediente; restrição do uso de serviços de correios e reprografia; passagens, diárias, hospedagens e apoio a eventos; redução de despesas gerais e redução de valores de contratos diversos.

## CONSULTA PARA REITORIA DA UFRB: ASSEMBLEIA GERAL DA APUR APROVA VOTO PARITÁRIO APENAS COM OS VOTOS VÁLIDOS



Com a participação inédita de docentes de todos os centros da UFRB, a assembleia geral da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), ocorrida nesta quinta-feira (19), referendou a posição da assembleia anterior quanto ao princípio da votação na consulta para reitor. Após um amplo debate sobre o assunto, foram colocadas duas propostas: a primeira, que fosse referendada a decisão da assembleia anterior (princípio da paridade dos votos em relação aos votos válidos) e a segunda, que mantivesse o modelo atual de votação (princípio da paridade a partir do número de votantes aptos, com continuação da discussão na Estatuínte). Num alto nível de debate, a maioria (37 votos) decidiu pelo princípio da paridade calculada apenas em cima dos votos válidos; a segunda proposta teve 30 votos e houve duas abstenções.

Além de mostrar a opinião da categoria sobre a questão dos votos na UFRB, a decisão dos/as docentes serviu para fortalecer sua instância máxima de decisão, a assembleia geral, já que não houve controvérsia com a postura tomada anteriormente. Para o professor David Teixeira, diante do impasse na comissão eleitoral, a diretoria da APUR fez bem em chamar uma nova assembleia, mas que é necessário que se respeite as decisões: “Nós não vamos aceitar qualquer desrespeito às proposições defendidas em assembleia,” ratificou o professor.

Exatamente esse histórico de respeito que a APUR tem com as decisões da categoria foi amplamente elogiado nas falas docentes. O professor Kleber de Souza parabenizou a associação por seu posicionamento na comissão eleitoral, que foi o de ouvir sua base antes de chegar a alguma conclusão. Inclusive, o professor foi um dos que defendeu a paridade dos votos válidos: “Uma paridade real, onde a fórmula de calcular é a quantidade de votantes, e não o universo total capaz de votar”, explicou Kleber.



Para o professor Jorge Cardoso Filho, diferente de algumas posições que acreditam no esvaziamento político, levar em consideração os votos de quem realmente participa é uma maneira de valorizar e incentivar cada vez mais a participação nos processos de escolhas para dirigentes. Em sua visão, a categoria docente está precisando de um amadurecimento político acadêmico, pois a consulta para reitoria é apenas uma dentre tantas questões que precisam ser debatidas.

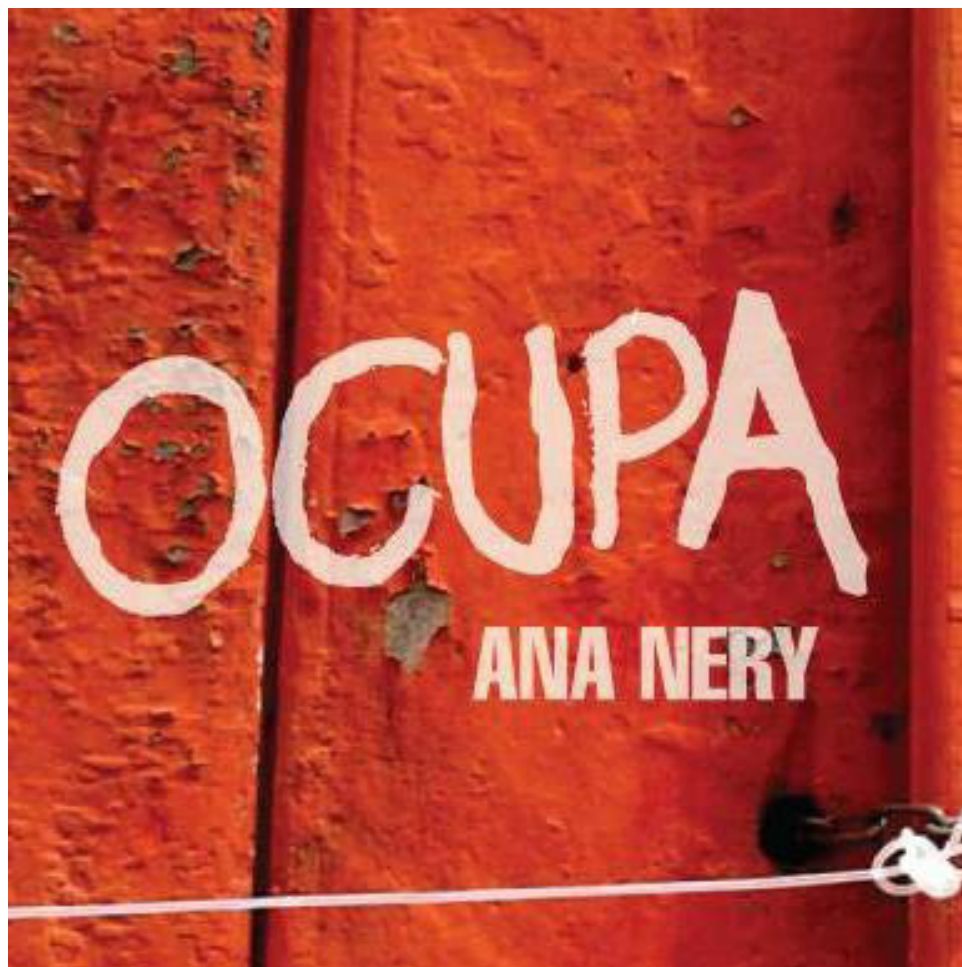
Para além da decisão tomada pela maioria, a assembleia teve um êxito que não pode ser medido por número de votantes, uma participação democrática, onde o espaço esteve franqueado para todas as opiniões, mesmo que divergissem da diretoria da APUR. Nas palavras do professor Tarcísio Cordeiro: “Estamos num espaço altamente democrático e representativo. Mesmo que a consulta para reitoria não seja uma eleição de fato, estamos aqui defendendo um movimento político histórico, defendendo a decisão de nossa categoria”.

A assembleia também aprovou que a APUR deve entrar no processo de mobilização da campanha salarial 2015, participando da Jornada Nacional de Lutas, previsto para os dias 7 a 9 de abril, sendo que a APUR indicará ao sindicato nacional que no dia 9 ocorra uma paralisação nacional docente.. Também ficou aprovado que a associação levará ao sindicato nacional a decisão de aguardar os encaminhamentos da greve unificada para depois discutir com a categoria, bem como que se deve pressionar o governo pela revogação imediata do corte de 7 bilhões no orçamento na educação.

# ESTUDANTES OCUPAM PRÉDIO ADMINISTRATIVO DO CAHL



Foto de Paulo Ricardo Reis



Slogan do Movimento. Retirado do facebook

Desde o dia 19 de março, um grupo de estudantes do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CHAL) estão ocupando o prédio administrativo da UFRB em Cachoeira, mais conhecido como o Ana Nery. O movimento intitulado “Ocupa Ana Nery” reivindica desde demandas gerais como o Restaurante Universitário, internet de qualidade, aparelhos prediais (ar condicionado, equipamento de som), estrutura física do Centro; até demandas mais específicas de alguns cursos como, por exemplo, a reformulação da bibliografia básica de Serviço Social. A Comissão de Boas Vindas do movimento explicou que os Diretórios e os Centros Acadêmicos podem apresentar suas reivindicações nas plenárias que têm ocorrido durante a ocupação, que são, normalmente, duas por dia.

Ainda segundo a Comissão, a ocupação é um fato político que está aberto à participação de todos os estudantes. Quanto à posição da diretoria do CAHL, também segundo informações da Comissão, esta só se manifestou na semana seguinte à ocupação, mais especificamente no dia 24 de março, depois que o “Ocupa Ana Nery” foi à reunião do Conselho de Centro e leu uma carta aberta e os pontos de pauta do movimento, e apresentou um requerimento de uma reunião extraordinária em que o único ponto de pauta seja a ocupação e suas demandas. A reunião foi marcada para a próxima terça-feira (31), às 14 horas, no auditório do CAHL.



# APUR

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO

[www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)

**FILIE-SE**

[www.apur.org.br/filie-se](http://www.apur.org.br/filie-se)

ou

ligue: (75) 3621-4473